

AJ22621

Angelo Passos

10

# O Fundap ganha fôlego

O Fundap fica imexível até 2007. Até lá não se discute mais a possibilidade de mudança do local de incidência do ICMS. Vai continuar da forma como está, na origem. Não passará a ser cobrado no destino das mercadorias. É deste modo que a reforma tributária será aprovada no Senado, ainda neste ano. Em 2007, isto é, em uma segunda etapa, a reforma tributária, volta a discutir a adoção do princípio do destino na alocação da receita do ICMS - o principal imposto para todos os Estados. Também ficou descartada mudança na base de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Melhor ainda se estes assuntos só voltassem a ser tratados lá por volta de 2010. Mas não a guerra de uma vez.

Estes são pontos do acordo firmado ontem entre o Governo federal e governadores de Estado, após quase um dia inteiro de reunião. Em 2007 a reforma vai tratar também da integração de todos os impostos - PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS. Quanto a esse aspecto a intenção é formar uma base para no futuro ser implantado o IVA (Imposto sobre Valor Adicionado).

Após a redefinidora reunião de ontem, o Governo anunciou que irá retroagir a 30 de abril o prazo final para a concessão de incentivos fiscais pelos Estados. Ou seja, os instrumentos criados no período de 30 de abril

a 30 de setembro (data prevista no texto aprovado na Câmara), sofrerão auditoria, no âmbito do Confaz. A idéia é instalar um painel de controvérsias nos moldes do existente na Organização Mundial do Comércio. (Espera-se que este painel não seja pisoteado por algum Estado que tente imitar o que fazem os EUA!). De todo modo, pode-se desde já ter uma certeza a guerra fiscal ganhará fôlego com a redução do prazo de concessão de incentivos e com o tal painel.

A Desvinculação das Receitas da União (DRU) não foi contestada pelos governadores, durante a reunião de ontem. O mesmo ocorreu com a partilha da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis com Estados e municípios, dois pontos aprovados sem muita discussão. Também ficou assegurada a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O que "pegou" foi o tal Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) os governadores querem que seja destinados diretamente a investimentos e não por meio de financiamentos. Isso tende a ser negociado.

Pelo visto, a reforma vai ganhando contorno, notadamente nos ajustes das receitas e das finanças públicas. Já é um avanço, mas, certamente, a classe empresarial deve se manifestar. Aguardemos.